

Plano Plurianual 1996/99

O Plano Plurianual é um conjunto de conceitos, políticas, estratégias, diretrizes de ação e metas que, de forma coordenada, determina o perfil dos investimentos que o Governo do Brasil define para um período de quatro anos. Esse período abrange os três últimos anos de um governo e o primeiro ano do governo seguinte.

O Plano Plurianual para o período 1996/99 (PPA 96/99) foi aprovado e instituído pelo Congresso Nacional, em 09 de maio de 1996, pela Lei 9.276. Os projetos e ações que o integram envolvem recursos públicos e privados estimados em R\$ 459 bilhões. Desse total, R\$ 304,5 bilhões, cerca de 66% do valor total, serão aplicados em programas de cunho social. Este é um dos maiores volumes de recursos destinados no Brasil, em todos os tempos, para a área social.

Estratégias e diretrizes de ação

O PPA 96/99 tem como premissa básica a necessidade de consolidação da estabilidade econômica conquistada com a implantação do Plano Real, em 1994. Esse esforço deverá ser acompanhado pela retomada gradual dos investimentos produtivos, deflagrando uma nova fase sustentada de desenvolvimento econômico e social do Brasil. Isso já pode ser percebido com o recente lançamento do programa "Brasil em Ação", que elencou 42 projetos e programas considerados pelo Governo Federal como de realização prioritária no biênio 1997/98.

As estratégias estabelecidas pelo PPA 96/99 são as seguintes:

a) **Construção de um Estado moderno e eficiente** - Construir um Estado moderno e eficiente depende não apenas de recursos, mas também da melhoria do corpo de servidores, para que as políticas públicas possam ser bem concebidas, adequadamente implantadas e rigorosamente monitoradas. Com isso, procura-se diminuir erros conceituais, de diagnóstico, de execução e fiscalização que têm caracterizado o uso dos recursos públicos no Brasil.

As diretrizes associadas a essa estratégia são:

- consolidação do processo de saneamento das finanças públicas;
- descentralização das políticas públicas para Estados e Municípios, setor privado e organizações não-governamentais;
- aumento da eficiência do gasto público, com ênfase na redução dos desperdícios e no aumento da qualidade e da produtividade dos serviços;

- aprofundamento do programa de desestatização;
- reformulação e fortalecimento da ação reguladora do Estado, inclusive nos serviços públicos privatizados;
- modernização dos sistemas de previdência social;
- modernização das forças armadas e de seus níveis operacionais; e
- modernização da Justiça e dos sistemas de Segurança e Defesa Nacional.

b) **Redução dos desequilíbrios espaciais e sociais** - Essa redução é uma antiga aspiração brasileira. A inflação sob controle e a retomada do crescimento permitirão impulsionar esse processo. Para isso, serão estimuladas as vocações regionais, fortalecido o processo de descentralização e ampliados os recursos para a área social.

As diretrizes associadas a essa estratégia são as seguintes:

- criação de novas oportunidades de ocupação da força de trabalho;
- redução dos custos de produtos de primeira necessidade;
- aproveitamento das potencialidades regionais, com o uso racional e sustentado dos recursos;
- fortalecimento da base de infra-estrutura das regiões menos desenvolvidas;
- redução da mortalidade infantil;
- ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde;
- melhoria educacional, com ênfase na educação básica;
- melhoria das condições de vida, trabalho e produtividade do pequeno produtor e do trabalhador rural;
- melhoria das condições de vida nas aglomerações urbanas críticas (segurança pública, saneamento, habitação, transporte coletivo, outros serviços urbanos, desporto e cultura);
- mobilização da sociedade e de todo o governo para a erradicação da miséria e da fome; e
- fortalecimento da cidadania e preservação dos valores nacionais.

c) **Inserção competitiva e modernização produtiva** - A modernização da estrutura produtiva brasileira exige, de um lado, a qualificação da mão-de-obra e a flexibilização das relações trabalhistas. A maior inserção competitiva do Brasil será obtida com a ampliação da infra-estrutura, a redução do "Custo Brasil", o fortalecimento do papel do setor privado nos investimentos e o estímulo a setores com potencial de inserção internacional. Por sua vez, a qualificação da mão-de-obra exige a melhoria educacional - com ênfase na educação básica - e mudanças nas relações trabalhistas.

As diretrizes associadas a essa estratégia são as seguintes:

- modernização e ampliação da infra-estrutura;
- aumento da participação do setor privado em investimentos para o desenvolvimento;
- fortalecimento de setores com potencial de inserção internacional e estímulos à inovação tecnológica e à reestruturação produtiva;
- melhoria educacional, com ênfase na educação básica; e
- modernização das relações trabalhistas.

Políticas e reformas para o desenvolvimento

A manutenção da estabilidade não requer apenas uma gestão competente da política econômica de curto prazo. É necessário criar condições para maiores investimentos e para o aumento da competitividade dos bens e serviços produzidos internamente. Para isso, faz-se indispensável alterar dispositivos constitucionais que vedam a entrada de capital estrangeiro e que implicam rigidez orçamentária, ao lado de um sistema tributário que onera investimentos e termina por "exportar impostos".

A alteração de tais regras está contida nas propostas de emendas constitucionais enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, relacionadas com a reforma tributária, administrativa, da previdência, além das emendas sobre as finanças públicas a serem enviadas e sobre a ordem econômica, já promulgadas ou em fase de apreciação pelo Senado Federal. Essas reformas deverão contribuir para a remoção de entraves à competitividade, para o avanço do Programa Nacional de Desestatização, para a promoção dos investimentos, bem como para a reforma do Estado.

Projetos e ações prioritários

O Governo do Brasil trabalha com a expectativa de uma participação importante do setor privado e das outras esferas de governo para viabilizar os investimentos e

ações definidos pelo PPA 96/99. A programação de investimentos estima em R\$ 17,3 bilhões os recursos de governos estaduais e municipais; em R\$ 24,3 bilhões, os recursos externos; R\$ 39,3 bilhões, os recursos oriundos da iniciativa privada; e R\$ 59,6 bilhões de empresas estatais, fundos públicos e outras fontes.

Em algumas áreas, como é o caso da infra-estrutura, espera-se uma significativa participação do setor privado nos investimentos previstos. Isso significa profunda mudança em relação ao padrão de financiamento do passado, caracterizado pela quase exclusividade dos investimentos públicos.

Os projetos e ações prioritários foram divididos em três grupos, observados seus efeitos dinamizadores e estruturadores de outros projetos e ações dos setores público e privado:

I) Projetos e ações estruturadores - Conjunto de projetos e ações voltado para a eliminação de gargalos ao crescimento e à melhoria da eficiência do sistema econômico, incluindo empreendimentos que reduzam o "Custo Brasil".

II) Projetos e ações para a redução dos desequilíbrios espaciais - Objetivam fortalecer e consolidar os eixos de desenvolvimento, caracterizados pela nova geografia econômica do Brasil. Tratam-se de empreendimentos complementares aos projetos e ações em energia e em comunicação, integrando, portanto, o conjunto dos esforços para a reconstrução e modernização da infra-estrutura econômica do país.

Os investimentos estão dirigidos para cinco eixos de integração nacional e dois de integração continental, além de algumas áreas especiais:

1) **Eixo de Integração Norte-Sul** - Envolve o oeste da Bahia, o sudoeste do Piauí, o sul do Maranhão, o estado do Tocantins e parte do estado de Goiás, por intermédio da Ferrovia Norte-Sul, Hidrovia do Araguaia-Tocantins e restauração das rodovias BR 153 (Belém-Brasília) e da BR 153/PA 153 (Marabá a São Geraldo, no estado do Pará).

2) **Eixo de Integração Oeste** - Cobre a fronteira agrícola do Brasil, ligando os estados do Acre e de Rondônia com a Região Centro-Sul e Sul, passando pelos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A cargo da iniciativa privada está a Ferronorte, entre esses dois últimos estados. A cargo do Governo está a construção de ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná, articulando a Ferronorte à rede de ferrovias do estado de São Paulo.

3) **Eixo de Integração do Nordeste** - Os principais projetos para essa região do país são a recuperação da Hidrovia do Rio São Francisco (entre Pirapora, no estado de Minas Gerais e Juazeiro, no estado da Bahia), ampliação da ferrovia Transnordestina e ampliação do Porto de Suape. em Recife. capital do estado de

Pernambuco.

4) **Eixo de Integração Sul** - Objetiva melhorar as malhas de transporte da região, articulando-a com a Região Sudeste. Os principais projetos são: duplicação das BR 116/376/101, entre São Paulo e Florianópolis; estado de Santa Catarina; recuperação de 1.400 km nas principais rodovias federais da região; implantação da ferrovia Ferroeste, entre Guarapuava, no estado do Paraná, e Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul.

5) **Saída para o Caribe** - Procura consolidar as rodovias que ligam o Brasil aos mercados do Caribe e Atlântico Norte. Os principais projetos são a conclusão da pavimentação da BR 174, entre Manaus, no estado do Amazonas, e Caracará, estado de Roraima, numa extensão de 624 km, chegando até à fronteira da Venezuela; a pavimentação da BR 401, entre Boa Vista, estado de Roraima, e Bonfim, na divisa com a Guiana, que permitirá o acesso ao porto de Georgetown, naquele país, constituindo alternativa comercial, inclusive, para o Mercado Comum Europeu.

6) **Saída para o Pacífico** - Objetiva integrar o Brasil ao Peru e Bolívia, permitindo o acesso aos portos do Pacífico. Os principais projetos são a recuperação de 350 km da BR 317, no estado do Acre, ligando a capital, Rio Branco, a Assis Brasil, na fronteira com o Peru; recuperação de 90 km da mesma estrada federal no estado de Rondônia, ligando Abunã a Guajará Mirim, na fronteira com a Bolívia; e melhorar as condições de navegabilidade na Hidrovia do Rio Madeira, que interliga os estados do Amazonas e Rondonia.

Serão realizados investimentos em áreas especiais como **recursos hídricos para a região Nordeste**, com previsão de conclusão de 19 projetos de irrigação, quatro barragens e duas estações adutoras nesta região do semi-árido brasileiro; **ações federais no estado do Rio de Janeiro**, objetivando a revitalização da economia desse importante estado brasileiro, com a implantação do Porto de Sepetiba, do Teleporto da cidade do Rio de Janeiro, e maior aproveitamento do petróleo e gás natural da Bacia de Campos; e **infra-estrutura para o turismo**, visando ao desenvolvimento da atividade turística no Brasil, através do estímulo aos programas regionais de turismo como o Prodetur, voltado para a região Nordeste e que prevê a reforma e ampliação dos aeroportos de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte; de São Luís, capital do estado do Maranhão; de Fortaleza, capital do estado do Ceará; de Aracaju, capital do estado de Sergipe; e de Porto Seguro, cidade do litoral sul do estado da Bahia. Ações semelhantes serão executadas na Amazônia e no Pantanal Mato-grossense, voltadas para o turismo ecológico.

III) Projetos e ações para a redução das desigualdades sociais - O compromisso principal do Governo Federal e um dos seus maiores desafios é o desenvolvimento de políticas voltadas ao oferecimento de serviços públicos essenciais.

Os objetivos dos investimentos nessa área (R\$ 304,5 bilhões) consistem em:

- a) **melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pelo Governo** - aumentar a oferta e melhorar a qualidade de serviços nas áreas de educação e infra-estrutura urbana;
- b) **priorizar programas e ações que permitam a geração de mais empregos e de maior renda.**

Os principais projetos na área social são:

- ***para geração de empregos, renda e qualificação para o trabalho:*** o restabelecimento de linhas de crédito para programas de habitação e saneamento, utilizando recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e empréstimos externos; o apoio a micro e pequenos empreendimentos, a trabalhadores autônomos, cooperativas e associações, facilitando o acesso a linhas de crédito; o fortalecimento da agricultura familiar; a educação para o trabalho; o atendimento ao trabalhador desempregado, intermediando mão-de-obra, capacitando profissionalmente e concedendo seguro-desemprego; e a implantação e consolidação de projetos de assentamento rural.

- ***para a promoção e defesa dos direitos e assistência social*** - aperfeiçoamento e integração das entidades que atuam no setor, buscando a garantia dos direitos das crianças, adolescentes e portadores de deficiência; municipalização e implementação de associações civis de defesa do consumidor; pagamento de benefícios a idosos e portadores de deficiências; apoio às associações de assistência à família pobre.

- ***para a promoção da igualdade de oportunidades e proteção contra riscos*** - prioridade para o ensino básico; descentralização dos serviços de saúde; modernização da gestão previdenciária e reforma do sistema de Previdência Social; combate à mortalidade por programas e ações de assistência à saúde da mulher e ao recém-nascido, suplementação alimentar e informação sobre reidratação oral; e aumento do número de agentes comunitários.

O programa **Comunidade Solidária**, criado especialmente pelo governo Fernando Henrique para coordenar programas sociais, é peça fundamental na estratégia de sua atuação nesse setor. Por intermédio desse programa serão mobilizados maiores recursos e instituídos novos métodos de gestão para que os desafios possam ser melhor enfrentados. O princípio básico da atuação do Comunidade Solidária é a parceria entre sociedade e governo em suas diferentes esferas.